

Parecer 158 do CC-SUL sobre a gestão da enguia.

Este Parecer é elaborado em resposta ao pedido feito por Charlina Vitcheva (DG MARE) na sequência do Parecer do Conselho Internacional para a Exploração do Mar (CIEM), datado de 4 de novembro de 2021, sobre o estado da população de enguias (*Anguilla anguilla*) em toda a sua área natural. O parecer é de captura zero em todos os habitats e para todas as pescarias, incluindo a pesca recreativa e comercial, bem como a pesca da enguia-de-vidro e a pesca da enguia para repovoamento e aquicultura. Todas as outras mortalidades causadas pelo homem devem ser minimizadas e, se possível, eliminadas.

A enguia europeia simboliza, como poucas outras espécies, a crise ecológica na Europa, tanto na sua componente climática como na perda da biodiversidade. Apresentou o seu mais baixo recrutamento histórico em 2021 (1-5%). Para inverter esta situação, é essencial redobrar os esforços internacionais para eliminar e minimizar as principais causas do seu declínio.

Este parecer propõe, assim, ponto por ponto, as medidas que serão as mais adequadas, proporcionando resultados positivos a longo prazo, na opinião dos membros do CC-SUL que sejam do setor ou das ONGs ambientais.

1. Necessidade de uma abordagem ecossistémica para a enguia

O CC-SUL sublinha a necessidade de implementar uma gestão e da enguia, tal como definida na Diretiva-Quadro «Estratégia para o meio marinho» (Diretiva 2008/56/CE), promovida pela Política Comum das Pescas (PCP) (artigo 4.9) e pelo regulamento sobre a enguia europeia, Regulamento (CE) 1100/2007. Esta abordagem ecossistémica deve refletir-se tanto nos pareceres do CIEM como nas medidas de gestão a implementar. **A gestão desta espécie deve ser uma gestão transversal a nível europeu, envolvendo as diferentes direções: DG MARE e DG ENV.**

Na verdade, mais do que outras espécies puramente marinhas, a população da enguia é afetada por um grande número de fatores de mortalidade para além da pesca: redução dos habitats funcionais, entraves da livre circulação, poluição, alteração das correntes marítimas, predação por espécies exóticas cada vez mais abundantes (sendo, por exemplo, o caso do siluro europeu e do cormorão), artificialização dos meios, parasitismo, etc. O CIEM considera assim estes impactos das outras atividades antropogénicas muito significativos para o destino da espécie (WGEEL, 2019). A título de exemplo, um estudo recente realizado em França concluiu que a poluição dos cursos de água tem efeitos muito superiores sobre as unidades populacionais de enguias do que a pesca: os pesticidas provenientes da atividade humana, os medicamentos, os plastificantes e os metais são responsáveis por uma diminuição significativa do tamanho e, por conseguinte, da fertilidade das enguias fêmeas (Bourrillon *et al.*, 2020). O projeto INDICANG¹ subsidiado pela Europa e que reúne vários peritos

¹ ([Projeto Europeu INDICANG \(ifremer.fr\)](http://ifremer.fr))

(pescadores profissionais, cientistas, gestores, associações) de vários países da parte central da área de distribuição da enguia europeia demonstrou claramente as várias pressões a que a espécie está sujeita e definiu bem as bases qualitativas para a gestão desta espécie e em muitos casos quantificou a intensidade da pressão exercida (Adam *et al.*, 2008). Como para todos os grandes migrantes anfiálicos (aos quais a enguia pertence), o futuro da enguia depende do respeito pela integridade dos habitats funcionais que colonizam (ou colonizavam).

O relatório de avaliação do Regulamento da Comissão Europeia sobre a enguia (junho de 2019) reconhece a redução significativa da mortalidade devido à pesca, contudo os resultados deste esforço substancial são consideravelmente reduzidos pelo impacto de outras mortalidades antropogénicas não relacionadas com a pesca que não atingiram os objetivos de redução ou restauração exigidos pelo Regulamento da enguia.

Apesar destas constatações, o grupo de trabalho do CIEM sobre a enguia considera apenas o fator de mortalidade devido à pesca no seu parecer, e não quantifica outros fatores de mortalidade. O Parecer do CIEM deve necessariamente evoluir para que possa servir de base real a uma gestão ecossistémica da enguia, e não uma visão puramente haliêutica, como é o caso atualmente. Para tal, devem ser realizados um ou mais workshops que reúnam especialistas na matéria (estruturas técnicas e científicas envolvidas no estudo desta unidade populacional), a fim de identificar coletivamente medidas para melhorar a qualidade dos dados e a fiabilidade dos métodos de avaliação utilizados pelos vários grupos de peritos, nas escalas espaciotemporais relevantes. Isto deve ser feito numa arena diferente da do CIEM, dada a necessidade de diálogo entre profissionais e cientistas, que não é a prática dentro dos grupos de trabalho do CIEM (entre cientistas com uma única língua: inglês). No final desta fase, deverão ser atribuídos recursos concretos para a criação de programas de avaliação partilhados por todos os atores envolvidos, condição essencial para a aceitação dos constrangimentos sofridos por certos atores económicos. Este tipo de organização prevaleceu, designadamente, na construção do programa INDICANG.

Devem também ser organizados um ou mais *workshops* com os Estados-Membros envolvidos nas operações de repovoamento para avaliar as práticas e a eficácia das ações. Ao mesmo tempo, devem ser criados estudos sobre a etologia dos estágios juvenis e a influência da fase biológica e do ambiente de libertação na sobrevivência dos juvenis. E também definir um ou mais protocolos validados para a monitorização de indivíduos resultantes do repovoamento ou monitorização de indivíduos selvagens libertados na fase da enguia-prateada (cf. protocolo definido para as lagoas mediterrânicas ou protocolo de monitorização no Loire).

A gestão da enguia não pode ser feita, tal como é feito para as espécies puramente marinhas, tendo a pesca como única variável de ajustamento². De facto, o planeamento para qualquer espécie deve adotar uma abordagem holística do ecossistema que considere não só os efeitos da pesca, mas também os de outras atividades humanas, tais como as descargas em terra e outras fontes de poluição.

² Importa notar que quando os ecossistemas são restaurados e a continuidade ecológica assegurada pelo menos em parte, a pesca não é um problema para a sustentabilidade das unidades populacionais migratórias de anfiálicos. É designadamente o caso dos salmonídeos migratórios (salmão e truta marinha) em grandes eixos como o Adour-Gaves (Prouzet 2010, Prouzet *et al.*, 2022) ou em rios da Bretanha e Normandia em França (Kermarrec et Le Maout, 2013).



6 rue Alphonse Rio • 56100 Lorient
+33 297 83 11 69 • info@cc-sud.eu
www.cc-sud.eu

Como mencionado anteriormente, esta foi também a conclusão da avaliação do Regulamento da Enguia, que constatou que nos países que tinham implementado os PGA, após dez anos de implementação, a mortalidade antropogénica não associada à pesca não tinha diminuído significativamente. A avaliação recomenda, assim, que os Estados-Membros sejam mais ambiciosos na aplicação do regulamento, concentrando-se mais em medidas não relacionadas com a pesca. Um exemplo ilustrativo é a bacia do Rhône, onde a pesca da enguia-de-vidro foi sempre proibida, e onde nos últimos cerca de quinze anos a pesca da enguia amarela ou prateada tem sido anedótica (restrições sanitárias) e, apesar disso, a espécie não está a recuperar nesta bacia, pelo contrário, como resultado da degradação cada vez maior da qualidade do ambiente e da fraca conectividade dos potenciais habitats que podem ser utilizados pelas enguias.

2. Manter a pesca e a colaboração entre o setor e os cientistas.

a. **Manter um tecido económico e social**

A pesca profissional da enguia e da enguia-de-vidro é essencialmente uma pesca artesanal, fortemente enraizada nos territórios onde é exercida. Esta pesca também apoia um importante património cultural e gastronómico e contribui para a identidade de muitas zonas rurais. Esta pesca é uma importante fonte de emprego em áreas em que as oportunidades de emprego são, de outro modo, limitadas. Por exemplo, em 2021, o setor francês terá 745 empresas autorizadas a exercer a pesca comercial de uma ou mais fases da enguia nas zonas marítimas e/ou fluviais da França continental e contará com pelo menos o mesmo número de empregos induzidos. Estas pescas são também pescas estratégicas para um grande número de embarcações, e representam a pedra angular da atividade de pesca costeira no Golfo da Biscaia³, sem a qual muitas empresas cessariam a sua atividade. A cessação desta pesca teria consequências catastróficas, não só para o setor da enguia, mas também para toda a atividade pesqueira no Golfo da Biscaia, devido às dificuldades de transferência destas pescarias para outras espécies, já sujeitas a quotas (linguado, atum rabilho, robalo, etc.).

Estes setores também geram um elevado valor económico, estimado em quase **50 milhões de euros** por ano para o setor das pescas (Hanel, R. et al 2019). O setor aquícola do Norte da Europa, que depende 100% do fornecimento de enguias de vidro selvagens, tem um valor estimado de cerca de **37 milhões de euros** (Hanel, R. et al, 2019). Além disso, estas pescas são também cruciais para a recolha de dados científicos (essenciais para que os cientistas façam progressos na avaliação desta espécie) mas também para a sua participação em programas de repovoamento.

Enquanto o setor apoia a manutenção desta pesca, as ONGs ambientais apoiam, portanto, uma paragem na pesca profissional e recreativa, conforme recomendado por CIEM.

³ No Loire, por exemplo, estima-se que a enguia-de-vidro representa quase 24% do volume de negócios das empresas de pesca costeira (CIVECO, 2015)



b- Manutenção da recolha de dados

O grupo de trabalho do CIEM sobre a enguia admite que, dado o estado atual dos conhecimentos, é impossível avaliar os pontos de referência classicamente definidos para a avaliação das populações marinhas pelo CIEM (Blim, Bpa, Flim, Fpa). O setor considera que a primeira ação seria a de estabelecer indicadores aceites por todos: captura por unidade de esforço (CPUE), avaliação da mortalidade devido à pesca, avaliação da transparência migratória, avaliação da mortalidade causada por centrais hidroelétricas, tendo em conta a redução dos habitats, monitorização das frentes de colonização da enguia... Para tal, é necessária a colaboração entre o setor profissional e os cientistas, o que permitiria um melhor conhecimento dos fatores que influenciam o recrutamento e a produtividade da espécie. A maior parte das séries cronológicas utilizadas nos pareceres do CIEM são construídas a partir de dados fornecidos pela pesca profissional. Uma medida conducente a uma paragem abrupta da pesca profissional comprometeria a nossa capacidade de monitorizar a evolução desta população à escala da bacia hidrográfica e mais amplamente à escala da sua distribuição e, assim, de medir a eficácia das ações de gestão. Neste sentido, o setor sublinha a importância de projetos multiparceiros como o projecto INDICANG e mais recentemente o SUDOANG⁴, onde a colaboração entre os diferentes intervenientes resulta num melhor conhecimento e também na gestão da espécie.

c- Manutenção das operações de repovoamento.

Enquanto obrigação comunitária e compromisso nacional, o repovoamento, uma medida temporária que pode atualmente compensar a não aplicação das obrigações regulamentares que deveriam ter sido respeitadas para assegurar a conservação dos habitats da enguia e a manutenção da continuidade ecológica. O repovoamento consiste na transferência de enguias-de-vidro que colonizam áreas degradadas, divididas e/ou com capacidade de receção limitada para ambientes selecionados pela sua capacidade de garantir uma taxa de sobrevivência dos indivíduos até ao seu regresso ao mar, superior à do ambiente de origem. Contribui assim para aumentar a área de produção de reprodutores. O repovoamento de enguias é uma medida paliativa que é necessária enquanto os esforços para restaurar a qualidade e a continuidade do ambiente forem insuficientes para aumentar naturalmente a produção e a fuga das enguias-prateadas para níveis compatíveis com o objetivo da regulamentação europeia. A avaliação atual da distribuição da espécie mostra que as enguias-de-vidro não estão a colonizar as áreas a norte da área de distribuição da enguia. A este respeito, o reabastecimento torna possível remover moderadamente parte do fluxo de entrada de enguias-de-vidro na zona central para abastecer as zonas mais setentrionais que são atualmente abastecidas com enguias-de-vidro. De acordo com as observações feitas, esta remoção é provavelmente inferior a 10% do stock de enguias-de-vidro recebidas (a comparar com a elevada mortalidade natural nesta fase, entre 80 e 90%) e que 60% desta remoção se destina à libertação. Assim, ao transferir parte da população para áreas que não estão ou estão apenas parcialmente colonizadas, a área de superfície do habitat ocupado é aumentada, o que falta atualmente para uma possível restauração desta espécie a nível europeu. A

4 <https://sudoang.eu/es/proyecto/>

este respeito, na opinião do setor o repovoamento não pode ser posto em causa enquanto os outros fatores de mortalidade da enguia não forem objeto de uma verdadeira gestão.

As ONG são de opinião de que a UE deve seguir estritamente as recomendações do CIEM, que são particularmente claras em 2021, e sem margem para interpretações. Tal implica o encerramento da pesca recreativa e profissional, assim como a captura de enguias para repovoamento e, conseqüentemente, a utilização do FEAMPA para este fim. Estas medidas de encerramento da pesca devem ser acompanhadas de medidas sociais que atenuem o seu impacto socioeconómico.

3- Reforço do controlo

A exploração da enguia, um património gastronómico e cultural multissecular, é uma fonte de empregos relacionados com a pesca artesanal nas comunidades rurais, onde também proporciona uma série de empregos indiretos na economia de proximidade. Ora, através da implementação do Regulamento da Enguia (2007), da proibição das exportações para fora da UE (2010) e da implementação dos PGA (2010), a pesca profissional tem sido não só a principal variável de ajustamento para a restauração das enguias, mas também o único ator a ter atingido os seus objetivos de redução da mortalidade. Em França, por exemplo, o número de pescadores profissionais envolvidos na pesca da enguia foi reduzido em mais de metade desde a introdução do PGA para a pesca da enguia-de-vidro, também foram introduzidas quotas rigorosamente monitorizadas e controladas, bem como um sistema de rastreabilidade abrangente. De acordo com o Regulamento n.º 1100/2007, 60% desta quota é reservada para operações de repovoamento. Outro exemplo: em Espanha, as Astúrias já atingiram (e até ultrapassaram) os objetivos de mortalidade e fuga estabelecidas “a longo prazo” pelos especialistas no Regulamento 1100/2007. A pesca profissional europeia alcançou, assim, os objetivos estabelecidos pelo Regulamento da Enguia.

Á medida que as restrições à pesca legal aumentaram, também se desenvolveu uma pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN). Por conseguinte, os membros da CC-SUL acolherão favoravelmente qualquer iniciativa que vá ao encontro de uma coordenação internacional do controlo e da luta contra atividades ilegais. Um encerramento da pesca profissional, como proposto em 2000, só encorajaria o desenvolvimento de canais ilegais e da pesca furtiva, que já estão bem estimulados pela proibição das exportações para fora da UE (uma estimativa da INTERPOL coloca o valor do canal ilegal em quase 3 mil milhões de euros⁵). A pesca ordeira não é o problema, e muito menos enquanto a continuidade ecológica não foi restaurada.

⁵ <https://www.occrp.org/en/daily/14602-international-police-operation-nets-52-glass-eel-smuggling-suspects>



6 rue Alphonse Rio • 56100 Lorient
+33 297 83 11 69 • info@cc-sud.eu
www.cc-sud.eu

Conclusão

O CC-SUL acredita que é essencial agir sobre as restantes pressões antropogénicas não relacionadas com a pesca, em conformidade com a legislação ambiental e hídrica em vigor. A União Europeia deve promover em grande escala a recuperação e a conservação de estuários, pântanos, zonas húmidas e rios, e outros habitats importantes no ciclo de vida da enguia, com particular ênfase no desenvolvimento de obstáculos, no restabelecimento da continuidade ecológica e na melhoria da qualidade da água, o que é essencial para a recuperação da espécie. É igualmente necessário reforçar a coordenação dos esforços para rastrear os produtos da enguia e combater os canais ilegais entre os Estados-Membros e com outros países terceiros, bem como estabelecer o controlo e a monitorização dos desembarques da pesca recreativa e de lazer, que em alguns países têm níveis de captura semelhantes ou mesmo superiores aos da pesca profissional.

Quanto ao encerramento da pesca, este é um ponto de desacordo no âmbito do CC-SUL: o setor opõe-se fortemente a qualquer encerramento devido ao desastre económico e social que daí resultaria.

A pesca profissional europeia é o único ator a ter atingido os objetivos estabelecidos pelo regulamento da enguia e os objetivos estabelecidos nos planos de gestão nacionais. A pesca artesanal europeia tem pagado um preço elevado desde a implementação do regulamento sobre a enguia (metade da frota pesqueira francesa desapareceu desde 2010). Neste sentido, o setor gostaria de ver uma abordagem justa e equilibrada e insta a que sejam concentrados esforços na restauração da continuidade ecológica e dos habitats.

Além disso, tendo em conta os argumentos desenvolvidos acima, é óbvio que um encerramento da pesca não permitiria a reconstituição do stock. Ademais, insiste em que todas as medidas ambientais necessárias sejam implementadas antes de serem tomadas quaisquer outras medidas de gestão da pesca. Por outro lado, o setor recorda a sua utilidade para melhorar o conhecimento desta unidade populacional e participar no repovoamento, enquanto as ONG ambientais consideram que a União Europeia deve seguir rigorosamente as recomendações do CIEM, que são particularmente claras em 2021, em razão duma reformulação.

